



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

PRISCILA DA SILVA CAMARA

**INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REVISÃO
NOS PERIÓDICOS DA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM/ 2015 - 2020.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

PRISCILA DA SILVA CAMARA

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REVISÃO NOS PERIÓDICOS DA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM/ 2015 - 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre.

**CAMPINA GRANDE - PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C172i Câmara, Priscila da Silva.

Inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual [manuscrito] : revisão nos periódicos da Revista de Educação Especial da UFSM/2015 - 2020 / Priscila da Silva Câmara. - 2021.

21 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre , Departamento de Educação - CEDUC."

1. Educação. 2. Inclusão escolar. 3. Deficiência intelectual.

I. Título

21. ed. CDD 370.115

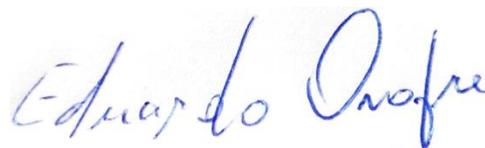
PRISCILA DA SILVA CAMARA

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REVISÃO NOS PERIÓDICOS DA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM/ 2015 - 2020 .

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
Área de concentração: Educação

Aprovada em: 25/03/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Mestre Christiano Cordeiro Soares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus por todas as conquistas que me tem feito alcançar até hoje, e em especial a minha filha Débora Ellen que me mostra a cada dia que sou mais forte do que eu jamais poderia imaginar, foi por ela e para ela que cheguei até aqui; e também a minha mãe que sempre me incentivou e ajudou para que eu pudesse ir atrás dos meus sonhos, agradeço e DEDICO.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROCESSO HISTÓRICO E LEGAIS EM FOCO	8
2.1	Deficiência Intelectual: Discutindo Conceitos.....	11
3	METODOLOGIA	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
5	CONCLUSÃO	19
	REFERÊNCIAS	20

**INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
REVISÃO NOS PERIÓDICOS DA REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA UFSM/
2015 - 2020.**

Priscila da silva Câmara

RESUMO

Atualmente, a educação especial na perspectiva inclusiva é uma questão de bastante ênfase e discussão na área da educação. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar artigos que abordam sobre inclusão e deficiência intelectual publicados na Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no período de 2015 a 2020. Assim, desenvolvemos uma pesquisa do tipo qualitativa. Utilizamos como instrumento metodológico a revisão bibliográfica. Analisamos 06 (seis) artigos publicados nos últimos cinco anos na referida revista. Os resultados demonstraram que o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual necessita de adaptações no currículo e nos materiais pedagógicos trabalhados na escola. Concluímos que tal processo precisa ser iniciado na formação inicial dos professores.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Intelectual. Educação.

ABSTRACT

Currently, special education from an inclusive perspective is a matter of considerable emphasis and discussion in the area of education. The present work has as main objective to analyze articles that approach about inclusion and intellectual disability published in the Magazine of Special Education of the Federal University of Santa Maria (UFSM) in the period from 2015 to 2020. The methodology used was the bibliographic review. Six (06) articles published in the last five years in that magazine were analyzed. The results showed that the inclusion process is not something simple, it requires dedication and action. We conclude that the process of school inclusion of students with intellectual disabilities needs to be initiated since the formation of the teacher.

Keywords: Inclusion. Intellectual disability. Education.

1 INTRODUÇÃO

O processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência vem ganhando notoriedade, mesmo com tantas dificuldades para que se cumpra a conquista de uma educação para todos, independente de questões econômicas, étnico-raciais ou ter ou não uma deficiência. Esse processo de inclusão escolar que respeita a diversidade e procura garantir uma educação com qualidade, igualitária e sem exclusão é garantido por legislações.

Quando percebemos a garantia de uma educação inclusiva descrita nos parâmetros legais, torna-se visível um avanço no processo de uma educação inclusiva, principalmente se compararmos tal processo no sistema educação de algumas décadas passadas. Assim, dizemos que a compreensão sobre as questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem de pessoas com algum tipo de deficiência (física, intelectual, sensorial) tem sido fortalecida ao longo da história.

Entretanto, podemos verificar, no instante atual, em meio ao ambiente escolar e social uma compreensão superficial, por parte de docentes e de outros membros da sociedade, do que de fato seja o processo de inclusão, escolar e social, de pessoas com deficiência. Diante deste desafio ainda presente no imaginário das sociedades ocidentais, devemos levantar as seguintes questões: Quais os direitos das pessoas com deficiência? Quais as particularidades que determinam o aluno com deficiência intelectual? Quais ações pedagógicas favorecem a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual?

Diante das referidas questões norteadoras, surgiu o objetivo principal deste estudo: analisar os artigos científicos que abordam o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual e trazer o conhecimento mais aprofundado sobre o assunto.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado na introdução, em metodologia, fundamentação teórica, apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais. A fundamentação teórica tem dois capítulos: aspectos históricos e legais e uma discussão conceitual sobre deficiência intelectual. Neste sentido, despertamos para a necessidade de se ter mais esclarecimento e conhecimentos sobre o que de fato seja inclusão. Realizamos um apanhado histórico de forma simples com o objetivo de descrever como as pessoas com deficiência obtiveram o direito à educação. Posteriormente será apresentada de forma objetiva uma das necessidades educacionais especial; que é a deficiência intelectual.

É importante que as sociedades ocidentais compreendam as habilidades do aluno com deficiência intelectual para que possam incluir literalmente tal sujeito no ambiente escolar, de forma plena, participativa e não exclusiva.

É importante que os educadores estejam preparados para desenvolverem atividades educacionais que favoreçam o processo de inclusão escolar. Não é apenas inserindo os alunos com deficiência intelectual no espaço escolar que as escolas irão promover um cenário inclusivo. É importante que se produzam conhecimentos, socialização e participação nos espaços escolares para que então quando se falem em inclusão, de fato envolva todos os alunos presente na sala.

Muitas escolas para “resolver o problema”, matriculam alunos com necessidades especiais que, ao ingressar na escola, não passam de meros espectadores. Não sendo oferecido a esses um meio favorável e adequado às suas necessidades, começando pelo espaço físico com suas barreiras arquitetônicas que impedem o livre acesso daqueles com deficiência física.

No entanto, não podemos, ingenuamente, pensar que abrir as portas da escola implica inclusão. (GLORIA MARIA LEITÃO et al. 2009, p.33)

Neste sentido, despertamos para a necessidade de se ter mais esclarecimentos e conhecimentos sobre o que de fato seja o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência, especificamente com deficiência intelectual, foco do presente estudo. A inclusão escolar não é uma missão fácil, não se trata apenas de se colocar o aluno com deficiência no cotidiano do ambiente escolar; trata-se de mudanças significativas no sistema educacional, se faz necessária uma estruturação progressiva que envolve profissionais e sociedade em geral. Dessa forma, realizamos um apanhado histórico de forma simples com o objetivo de descrever como as pessoas com deficiência obteve o direito a educação. Posteriormente, em outro subcapítulo, foi apresentado de forma objetiva uma das necessidades educacionais especial; que é a deficiência intelectual.

Sendo assim, ampliaremos as informações referentes a essas temáticas de maneira clara e objetiva, como também auxiliar de modo informativo na construção de conhecimentos através de dados contidos nesse estudo. Através dessas informações, esclarecer e conceituar alguns termos importantes dentro desse contexto e desmistificar algumas ideias errôneas que muitos ainda possuem.

O presente trabalho bibliográfico realizou-se por meio de pesquisa em fonte acadêmica, que possui um estimado reconhecimento, tanto nacional como internacional, na área da educação especial, a Revista de Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. E também, utilizamos leituras e posicionamentos de autores e Leis: TORRES (2002), LOPES (2013), SANTOS (2015), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2014), Declaração de Salamanca (1994) Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2012), LEITÃO (2009); PEARSON (2017); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (2015). JARRY (2009), LÚCIA, ROBERTO (2011) e outros autores que despertaram o interesse de busca pessoal como o Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil – RCNEI (2001).

As referências supracitadas nos auxiliarão consideravelmente e de maneira indispensável na construção de novos pensamentos, teorias assim como o desenvolvimento do presente estudo.

Analisamos artigos de autores que investigam o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. Objetivando compreender o que é de fato a inclusão para então estar inserindo os alunos com deficiência intelectual nas atividades da sala de aula. O futuro professor deve ter uma formação que consiga conhecer meios que proporcionem o desenvolvimento de um trabalho criativo e atrativo. O professor deve propor formas de “atividades” que facilitem a aprendizagem destes alunos, assim como discutir o processo de avaliação e possibilidades de intervenção docente diante de possíveis dificuldades. Outro passo importante para os professores é compreender as características da deficiência intelectual e as “limitações” que os alunos com tal deficiência apresentam.

O docente precisa ter conhecimento acerca da inclusão escolar e de práticas pedagógicas que facilitem a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual de modo significativo e transformador. Quando se estuda com mais particularidades numa questão específica, se consegue falar e se “trabalhar” com mais convicção e com uma segurança maior para os objetivos que pretende alcançar.

Os artigos selecionados para análise e estudo nos fazem refletir sobre a inclusão; despertando o interesse com artigos temas intitulados: Educação inclusiva:

uma escola para todos; Educação inclusiva: um diálogo com a Educação Básica a partir do Ciclo de Políticas; Inclusão no contexto escolar: estado do conhecimento, práticas e proposições. E também artigos voltados para a deficiência intelectual intitulados: A dimensão subjetiva da aprendizagem em estudantes com deficiência intelectual; Avaliação da linguagem em crianças com deficiência intelectual no contexto de escolarização formal; Auto percepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL: PROCESSO HISTÓRICO E LEGISLAÇÕES EM FOCO

Não se tem como falar em direitos conquistados pelas pessoas com deficiência sem fazer menção aos direitos humanos, pois é onde tudo praticamente se inicia. Faz-se necessário a compreensão e interpretação correta de cada momento histórico vivido, e como naquela época se tinha a visão em relação a quem tivesse algum tipo de deficiência.

No antigo regime e na Idade Média esses seres eram excluídos, isolados, banidos, mortos. Em Esparta, por um ideal do corpo perfeito, a medida era a perfeição corporal, e quem não entrasse nessa medida era banido. Na Idade Média, a partir de um discurso religioso eram conduzidos para a fogueira (Inquisição) ou para outros tipos de banimento. O pastor Martinho Lutero, no século XVI, no seu relato mostra como definia os anormais. Os anormais eram considerados seres dominados por demônios, por isso deviam ser exterminados. (LOPES, 2013, p.88)

A busca do ser humano em assegurar o que é seu por direito e fazer disso lei, vem de muitos anos com a.:

Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem – Aprovada pela IX Conferencia Interamericana, reunida na cidade de Bogotá entre março e maio de 1948. Foi o primeiro texto elaborado por iniciativa dos Estados das três Américas sobre o tema dos direitos humanos, e consagrou os princípios básicos de tutela dos direitos essenciais no âmbito continental. Foi a primeira expressão do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. (TORRES, et al. 2002, p.40)

Foi a partir do momento em que a Declaração de Direitos e Deveres do Homem foi aprovada que podemos dizer que as coisas começaram de fato a acontecer.

Não se tinha uma preocupação em saber o porquê crianças nasciam com uma deficiência, sempre direcionavam a culpa ao pecado, ao castigo divino. Porém não se procurava compreender de fato tal situação. A medicina os intitulavam as mencionadas pessoas como idiotas e estes viviam a margem da sociedade, eram excluídos, já que:

A exclusão é algo que acontece às pessoas ou grupos. Eles não são responsáveis, em certa medida são vítimas. Outros foram os responsáveis pela estrutura econômica de desemprego, pela discriminação racial, pela discriminação da mulher, dos velhos e das pessoas com deficiência. (JARRY, 2009, pp.31-32)

Com o passar do tempo e o surgimento de vários casos de crianças com deficiência, a medicina foi procurando explicação para tais casos e meios para que o processo de ensino-aprendizagem destas crianças fosse de certo modo possível. Porém, não encontravam no campo da medicina respostas suficientes para promover o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência. Foi através dos princípios filosóficos e pedagógicos que se encontrou um norte para iniciar os trabalhos, podendo assim citar Jean Itard um médico francês que se destacou na história da educação especial por ter sido um dos pioneiros em desenvolver um trabalho com crianças com deficiência intelectual.

Ele desafiou a visão estática e irreversível existente na época a respeito da idiotia, por meio de sua experiência educativa com Victor, o “Selvagem de Aveyron”, na qual defendeu a tese de que o menino não era acometido por idiotia orgânica, mas que suas dificuldades e defasagens eram consequência do isolamento em que vivera. Assim, Jean Itard deu início aos estudos a respeito das possibilidades de educabilidade das pessoas consideradas como idiotas. (LÚCIA e, ROBERTO, 2011, p.22)

O fator sociocultural influencia a construção das sociedades. No percurso da humanidade até os dias atuais o ser humano sempre está em busca de dar sentido aos fatos, e de compreender fenômenos e explicar os acontecimentos. O corpo em si era tido como algo a ser admirado, na Grécia Antiga. Assim, aquele que tinha um corpo saudável, fértil e de acordo com os padrões de beleza da época era motivo de interesse do Estado. Na Antiguidade ter um corpo belo era tão importante como ter uma mente brilhante. O corpo tinha que estar em harmonia e equilíbrio, e nascer com algum tipo de deficiência era o mesmo que estar condenado. As crianças que nasciam com deficiência eram mortas ou abandonadas em locais que não lhe davam condições de sobrevivência, pois eram tidas como a imagem do mal, resultados de castigos divinos, marcadas por maldições.

No tocante às normativas, cabe exemplificar a legislação de Licurgo, redigida por um dos mais respeitados legisladores espartanos, que estabelecia a todas as famílias de Esparta a apresentação de seus filhos recém-nascidos ao Conselho da cidade, e se a criança vistoriada não tivesse nenhum tipo de deficiência, era devolvida ao seio familiar. Ao completar sete anos de idade, o estado ficava responsável por moldar a criança e transformá-la em um cidadão. Os homens, instruídos e treinados para guerrear, as mulheres, para procriar e cuidar dos afazeres do lar. Todavia, caso a criança fosse considerada como desafeiçoada, disforme ou propensa à deficiência intelectual, os membros do Conselho a jogavam em um precipício, num local chamado Apothetai (depósito) situado na Cadeia de Montanhas conhecida como Taygetos, próximo a Esparta. A linha de pensamento era a de que não havia serventia para o Estado espartano um sujeito com deficiência. (CORDEIRO et al 2018, p.11)

Os padrões estabelecidos pelas sociedades ocidentais a determinavam a concepção de normalidade, sendo assim quem não se encaixasse nele, seriam excluídos da sociedade. A concepção que as sociedades tinham em relação às pessoas com deficiência foi mudando gradativamente, ao longo da história, embora ainda, no instante atual, podemos encontrar sociedades que associam a deficiência ao pecado.

É importante perceber que, mesmo depois do esmaecimento dessa forma de pensamento da igreja, a relação deficiência e pecado permanecera circulando e produzindo efeitos. Mas a igreja toma outra posição frente aos

anormais, assumindo com o cristianismo a missão de salvá-los, curá-los, tirá-los do pecado. Aos poucos o discurso teológico migra para o discurso médico, mesmo que inicialmente numa dimensão inatista, na qual nada, ou muito pouco, era possível fazer, pois essas pessoas traziam um defeito de nascimento, as suas deficiências, as anormalidades ... (LOPES, 2013, p.89).

Muitas foram as lutas em busca por direito para as pessoas com deficiência, e dentre essas conquistas se adquiriu o direito à educação; como está claramente apresentada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069, art.54, parágrafo 3º, onde ressalta: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (art.54, parágrafo 3º), e também como é destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, art. 58 “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. ((art.58).

Vale enfatizar que a LDB não somente institui a obrigatoriedade do educando portador de necessidades especiais a frequentar a rede regular de ensino, como estabelece a criação de serviços de apoio especializado, nas escolas regulares, para o atendimento das peculiaridades de cada criança. Entretanto o texto legal vai mais além. A rigor, ele prescreve para os sistemas de ensino e organização curricular específica, com utilização de métodos, técnicas e recursos educativos adequados e voltados para o atendimento educacional de pessoas com deficiência. (LEITÃO et al., 2009, p.31)

A escola regular de ensino foi pensada e estruturada para um determinado padrão que são as crianças tidas como normais e não as atípicas; mais com o passar dos anos o público desse ambiente foi se tornando cada vez mais diversificado; com os direitos adquiridos por lei de todas as crianças sejam elas típicas ou atípicas frequentarem de modo igualitário o mesmo ambiente educacional, a escola tem, a necessidade de atender as particularidades de cada indivíduo que a compõe.

Se faz necessário uma reformulação em toda a estrutura e sistema escolar. O modelo tradicional de ensino não “serve” mais para atender às necessidades dos dias atuais. A nova proposta de ensino traz uma educação inclusiva, onde propõe mudanças estruturais e principalmente mudanças de valores, deixando para trás um sistema exclusivo. Se reestruturando politicamente e fisicamente, de modo que a mesma atenda a todos os indivíduos nela presentes.

Com aquisição dos direitos, entra em cena a questão da nomenclatura, procurando assim a forma mais adequada para especificar a deficiência de cada criança, no que se refere a deficiência intelectual, o PNAIC (2014) afirma que.

Entre as várias terminologias já utilizadas oficialmente, Deficiência Intelectual foi divulgada para substituir o termo deficiência mental após a publicação da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, realizada em 2004. Desde então, essa terminologia tem sido utilizada, fazendo parte de documentos oficiais do Governo Federal e outros. (p.27)

2.1 Deficiência Intelectual: discutindo conceitos

Com tantas dificuldades e níveis diferentes de aprendizagem, se busca “explicações” ou “justificativas” para essas tais “limitações” apresentada pelos indivíduos ao longo da vida; principalmente quando o mesmo está inserido no ambiente escolar; para então melhor esclarecimento e compreensão, será tratado de forma simples e clara os conceitos de deficiência intelectual, que em alguns casos vem a ser confundida com outro tipo de deficiência ou até mesmo como negligência ou desinteresse do aluno em aprender. De antemão se faz necessário compreender o que venha a ser o termo deficiência:

A deficiência é entendida como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (SANTOS, et al. 2015, p.17)

Sendo assim, a deficiência intelectual - DI se caracteriza por atrasos de desenvolvimento, ou seja, com o coeficiente de inteligência (QI) abaixo da “média”, sendo a deficiência intelectual classificada em níveis diferentes de severidade: grave, moderado e leve. Quanto maior for o nível maior, também será a sua “dependência” e dificuldades de adaptação do indivíduo ao meio.

A deficiência intelectual (DI) é um transtorno de neurodesenvolvimento no qual há um rebaixamento significativo da inteligência. Segundo a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, inteligência é uma habilidade cognitiva global que envolve a capacidade de raciocinar, planejar, resolver problemas, pensar de forma abstrata, compreender ideias complexas, aprender rápido e aprender com a experiência. (PEARSON, 2017, p.01)

A criança com DI se desenvolve com um ritmo mais lento do considerado na média. Ela tem dificuldades em aprender a executar tarefas básicas do cotidiano. Esse atraso no desenvolvimento pode ser observado desde cedo pelos pais, embora cada criança se desenvolva em ritmos “diferentes” existe uma média para cada processo de desenvolvimento. Dessa forma, a criança com deficiência intelectual apresenta atraso para sentar e rolar, para falar, para se alimentar e realizar as necessidades básicas de higiene sozinha e tem resistência para se adaptar a mudanças.

O tempo que uma pessoa com DI leva para aprender algo é superior ao esperado para um indivíduo de sua idade. Além de mais tempo, também é necessário maior exposição ao conteúdo ensinado e mais suporte para alcançar êxito. (PEARSON, 2017, p.07)

A causa da deficiência intelectual ainda não é algo definido, ainda se investiga alguns fatores ao qual se tem uma probabilidade de que possa ocasionar o DI.

Em até 60% dos casos de crianças com deficiência intelectual, não se consegue estabelecer claramente o que causou a deficiência. A exposição ambiental aos vírus, á radiação ou ás substancias teratogênicas, como medicamento talidomida indicado para hanseníase, pode causar esse problema, como também trauma craniano ou lesão devido á falta de

oxigênio ao cérebro durante o parto, por exemplo. (SANTOS, et al. 2015, p.35)

A deficiência intelectual se caracteriza pelo atraso do desenvolvimento e dificuldades de adaptação e seguimentos de ordens simples do dia a dia, e na escola não será diferente. Quando a criança com DI chega à escola, ela apresenta muita dificuldade em acompanhar a sua turma.

Pessoas com DI muitas vezes necessitam de suporte extra nas atividades cotidianas; por isso, recomenda-se o método passo a passo para ajuda-las a aprender determinada tarefa. Com este método, a tarefa será quebrada em pequenos passos, que serão ensinados um de cada vez, em ordem. Assim que ela conseguir realizar com sucesso o primeiro passo, será exigida a execução do primeiro e do segundo, e assim por diante. A pessoa realizara mais etapas progressivamente, ate conseguir executar a atividade sozinha. (PEARSON, 2017, p.09)

É um trabalho que requer mais esforço e atenção para aos poucos ir adquirindo avanços. Alunos com DI consegue sim ser alfabetizados e ir bem mais além, dependendo do nível da deficiência e das adaptações de ensino a ele propostas.

Na realidade muitos professores ainda confundem deficiência intelectual e dificuldade de aprendizagem.

Para muitos professores, é comum que a diferença entre alunos com deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem não esteja muito clara. De modo geral, os alunos com deficiência intelectual possuem dificuldades específicas de aprendizagem, mas não se pode afirmar que os alunos com dificuldades para aprender possuam deficiência intelectual. (PNAIC, 2014. p..27)

A não compreensão da deficiência intelectual limita o aprendizado dessas crianças por julgar não serem capazes de aprender, esquecendo que o desempenho escolar de um determinado aluno dependerá das oportunidades e estratégias e vivências que o professor oferecera para tais crianças.

Estes alunos com deficiência intelectual, tanto quanto os demais, precisam de atividades cognitivas que os desafiem a buscar soluções, precisam – talvez mais que os demais – de questões que os insiram “em” situações-problema. As Possibilidades de desenvolvimento destes alunos são determinadas, principalmente, pelas oportunidades que a escola é capaz de lhe ofertar, tanto em termo de desafios para as suas próprias barreiras, mas também em termos de trabalho cooperativo e em convívio com os demais alunos. (PNAIC, 2014, p. 28)

A aprendizagem tem que estar movida através de situações significativas, que façam parte do seu dia a dia, situações comuns de modo que facilitem a compreensão, tendo sempre a convicção de que se o aluno não conseguiu aprender por suas condições e não por ter sido negado a eles o direito a aprendizagem.

A deficiência intelectual não significa a incapacidade de aprender, e é nessa questão, na aprendizagem, que deve se centrar a ação do professor. A grande questão a ser respondida é: como posso favorecer a que este aluno possa aprender mais? Na busca pelas respostas, é fundamental não tratar o aluno como um “objeto”, cujos limites já estão estabelecidos por algum tipo

impreciso de diagnóstico; deve-se focar as ações no que este ser humano é capaz de alcançar, valorizando o seu desempenho escolar. (PNAIC, 2014, p.29)

3 METODOLOGIA

Para viabilizar o presente artigo realizou-se uma pesquisa qualitativa, onde se tem por finalidade produzir novas informações, que contribuam para o esclarecimento e conhecimento de outras pessoas.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (Silveira e Córdoba, 2009, p.32)

Realizamos levantamento de produções científicas sobre inclusão e deficiência intelectual, das produções científicas analisadas foram selecionados seis textos. Os artigos selecionados englobam o período de 2015 a 2020.

A pesquisa foi realizada na “Revista de Educação Especial” da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil. A referida revista possui ótimo conceito e prestígio no meio acadêmico na área da educação. Tratar-se de uma fonte de relevância e qualidade (com base no sistema de avaliação Qualis e em seus indexadores), com rico acervo de publicações criteriosamente avaliadas. Se destaca por apresentar vários artigos sobre inclusão e deficiência.

Por meio da observação, leitura e análise dos artigos podemos tecer algumas questões pertinentes referentes ao problema e objetivos desta pesquisa, verificando possíveis lacunas e contribuições do corpus.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor compreensão dos dados coletados, os artigos selecionados são apresentados através de dois quadros.

	ARTIGO 1	ARTIGO 2	ARTIGO 3
TITULO	Educação inclusiva: uma escola para todos	Educação inclusiva: um diálogo com a Educação Básica a partir do Ciclo de Políticas	Inclusão no contexto escolar: estado do conhecimento, práticas e proposições.

AUTORES	Antenor de Oliveira Silva Neto, Éverton Gonçalves Ávila, Tamara Regina Reis Sales, Simone Silveira Amorim, Andréa Karla Nunes e Vera Maria Santos	Priscila Pacheco, Elisandra Aparecida Czekalski, Khaled Omar Mohamad El Tassa e Gilmar de Carvalho Cruz.	Flávia Eloisa Caimi, Rosângela Nunes da Luz.
DATA	Jan\mar.2018	23 de março. Aprovado em 22 de outubro. Publicado em 06 de maio de 2019	Jul./set. 2018
METODOLOGIA	Pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva.	Encontro organizado por meio de grupo focal.	Pesquisa bibliográfica.
CENARIO E PARTICIPANTES	Primeira seção da dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, intitulada: “Educação Física e Capoeira como agentes de inclusão para alunos cegos: um estudo de caso”.	Professores e pedagogos que atuam na Educação Básica em Rio Azul – PR	41 artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial, observado o recorte temporal 2005-2015.
OBJETIVO PRINCIPAL	Compreender o processo histórico da educação especial e da educação inclusiva para entender o movimento atual da inclusão escolar.	Discutir, a partir da abordagem do Ciclo de Políticas, as concepções de profissionais da Educação Básica a respeito da inclusão escolar, partindo dos resultados obtidos através de um encontro organizado por	Sistematizar as alternativas/proposições que vêm sendo gestadas e efetivadas no âmbito da pesquisa acadêmica frente ao tema da inclusão escolar,

		meio de grupo focal.	
RESULTADOS	A inclusão escolar não é um trabalho fácil. Estamos a rediscutir valores e preconceitos que estão enraizados em nossa cultura, mas estamos no caminho para alcançar a inclusão plena, pois é necessária uma reestruturação progressiva e uma transformação do pensar a escola.	As concepções dos profissionais a respeito da inclusão estão fortemente relacionadas com as barreiras ou obstáculos que se colocam para sua efetivação no ambiente escolar. As vozes dos docentes estão carregadas de uma certa angústia, pela não efetivação de uma Educação que inclua a todos no processo de ensino-aprendizagem.	a necessidade da aquisição continuada de conhecimentos que auxiliem na formação de visão, postura e ações alinhadas ao processo inclusivo; a exigência de comprometimento e disponibilidade dos sujeitos envolvidos com a inclusão, única via que viabiliza aos alunos oportunidades de participar e potencializar suas habilidades; a superação da inclusão escolar como modelo imposto pelo governo, que generaliza e formata diferenças em semelhanças; a participação e o apoio da sociedade, dos órgãos governamentais e de toda a comunidade escolar como condição essencial para que a inclusão dos alunos com deficiência se efetive com a qualidade e celeridade necessárias.
	ARTIGO 4	ARTIGO 5	ARTIGO 6
TITULO	A dimensão subjetiva da aprendizagem em estudantes com deficiência intelectual	Avaliação da linguagem em crianças com deficiência intelectual no contexto de escolarização formal	Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito.

AUTORES	Marlene Pereira Chaves. Maristela Rossato.	Adelyn Barbosa de Aquino. Tícia Cassiany Ferro Cavalcante.	Joab Grana Reis. Suéllen Melo Araújo. Rosana Glat.
DATA	14 de fevereiro de 2018. Aprovado em 03 de junho de 2019. Publicado em 03 de julho de 2019.	Recebido em 27 de agosto de 2019. Aprovado em 11 de março de 2020. Publicado em 10 de abril de 2020.	Recebido em 24 de julho de 2018. Aprovado em 12 de agosto de 2019. Publicado em 12 de novembro de 2019.
METODOLOGIA	Qualitativa, por meio da metodologia construtivo-interpretativa, pautada nas relações dialógicas entre o pesquisador e os participantes.	Entrevistas com profissionais da escola e pais; também observações da sala de aula; e uma sessão de intervenção com o uso de recursos de Comunicação Alternativa.	Pesquisa qualitativa, a partir do levantamento de produções científicas sobre autopercepção de pessoas com deficiência intelectual.
CENARIO E PARTICIPANTES	Realizou-se a pesquisa com duas participantes com deficiência intelectual do terceiro ano do Ensino Fundamental em classe inclusiva de uma escola pública do Distrito Federal.	A pesquisa contou com a participação de duas crianças com deficiência intelectual com impedimentos comunicativos, estudantes de escolas públicas da cidade de Igarassu-PE.	Foram selecionados cinco textos, que é um recorte da pesquisa “Falando de si: estudos sobre autopercepção e histórias de vida de pessoas com deficiência intelectual”, a partir das falas registradas dos sujeitos destacaram-se as categorias: estigma, deficiência e preconceito.

OBJETIVO PRINCIPAL	Analisar a dimensão subjetiva da aprendizagem escolar em estudantes com deficiência intelectual, demarcando um posicionamento de reconhecimento das possibilidades de constituição e expressão do estudante como sujeito do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.	Analisar as habilidades comunicativas das crianças com deficiência intelectual na etapa da Educação Infantil.	Compreender como pessoas com deficiência intelectual se sentem em relação ao estigma, preconceito e reconhecimento da deficiência.
---------------------------	---	---	--

RESULTADOS	<p>Por meio da análise das informações produzidas com as participantes, considera-se haver um processo de negação da condição do estudante como sujeito da aprendizagem escolar nas ações e relações pedagógicas desenvolvidas na escola. Para que o processo de aprendizado se consolide e mobilize novos recursos subjetivos capazes de promover o desenvolvimento do estudante, novas ações e relações de ensino e aprendizagem precisam ser concebidas.</p>	<p>Foi possível perceber que a comunicação com as crianças muitas vezes é realizada através de gestos, bem como da importância de se conhecer a dinâmica de vida de cada criança, para que se trace um plano de comunicação.</p> <p>Com os resultados do presente estudo pode-se pensar em diretrizes para uma comunicação mais efetiva dos estudantes com deficiência intelectual no contexto da educação infantil.</p>	<p>Os resultados apontam que ainda são relativamente escassos os estudos que tratam da autopercepção de pessoas com deficiência intelectual. Além disso, apresentam poucos trechos das falas dos sujeitos entrevistados. No que se refere ao estigma, os sujeitos relatam que os outros têm baixa expectativa em relação ao seu potencial, exemplificando a marca da incapacidade construída pelo estereótipo da deficiência.</p> <p>As falas analisadas representam um indício de que gradativamente essas pessoas estão se colocando como protagonistas de suas vidas, e apontam para a demanda de pesquisas que privilegiem a escuta que legitime as vozes das pessoas com deficiência intelectual.</p>
-------------------	---	--	--

Ao analisar os artigos vemos de forma clara a importância de meios e práticas de inclusão de modo que traga o conhecimento, capacitação e esclarecimento do que de fato sejam práticas inclusivas; é explícito em todos os textos analisados que a inclusão é uma prática diária e que há dificuldades e desafios na inclusão escolar do aluno com deficiência; a formação e capacitação dos docentes no que se diz respeito ao conhecimento das deficiências e práticas de inclusão é algo que requer bastante atenção e ação.

Por meio do estudo realizado, observa-se que para uma sociedade ser de fato democrática é necessário fazer uso da inclusão. Que a inclusão seja uma realidade e não uma utopia, de modo que garanta assim o direito de todos os indivíduos; direitos estes que foi conquistado em uma trajetória histórica de segregação, discriminação e até morte; trata-se de uma reestruturação cultural onde se percebe o sujeito em sua particularidade, com o olhar voltado para o lado humano atentando para a sua singularidade com o objetivo de que todos estejam de fato no meio social.

A escola é um dos ambientes mais diversos onde se tem alunos de todos os tipos, sejam eles nas questões religiosas, culturais, sociais e econômicas com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas, o que não implica dizer que todos aprenderam e executaram suas atividades num mesmo espaço de tempo, e por causa disso sejam separados e terá divisão existente entre o ensino comum e as classes especiais; o ensino inclusivo aponta para uma reestruturação nos sistemas curriculares, avaliativos e didático pedagógico, de modo que todos os alunos tenham acesso ao um ensino regular de modo satisfatório, sem segregação.

Propõe-se uma mudança no sistema educacional. Rompendo o conformismo da rotina escolar de professores, gestores e familiares. Entende-se que a escola na perspectiva da inclusão atende á necessidade de todas as crianças seja ela com ou sem deficiência, de modo que se valoriza mais as habilidades e capacidades individuais do que as limitações. Para que a inclusão comece a acontecer de fato demanda de uma mobilização de toda a comunidade escolar, em seus diversos âmbitos, é uma consciência e ação coletiva.

Entretanto se tem o conhecimento e consciência que apesar de todo avanço e respaldo legal em relação às ações inclusivas, ainda se tem vários desafios para se enfrentar até se concretizar de fato o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

As crianças com deficiência intelectual levando em consideração a média apresentam um desenvolvimento atrasado no processo de aprendizagem escolar, nota-se a “dificuldade” de acompanhar o ritmo da maioria dos alunos, o que não os impedem de aprender; já que o que somos resulta da forma como as pessoas se posicionam na relação que mantem conosco, o que implica em dizer que quanto mais rica, diversificada e produtiva forem às interações sociais e pedagógicas mais potencializadas será a produção simbólica e emocional do indivíduo com deficiência intelectual.

Verificamos também nos artigos analisados que as pessoas com deficiência intelectual têm que ser instigadas a pensar e não rotuladas como incapazes, deixando-as a margem do ambiente escolar, se faz necessário um reconhecimento do que é próprio de uma deficiência e o que são os limites produzidos culturalmente.

Entretanto se se observa que a formação docente dos professores, gestores e demais profissionais tem uma precariedade, resultando em dificuldade em se desenvolver um trabalho sócio pedagógico que atenda às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Nota-se que os profissionais não tiveram uma formação inicial de forma plena para atender os referidos alunos; se faz necessário quebrar barreiras existentes entre os estudantes com deficiência e o processo de ensino – aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

A análise dos artigos, estudos e reflexões sobre o assunto em questão foi de fundamental importância e contribuição, ao qual possibilita ao leitor ir um pouco mais além à temática por intermédio dos artigos contido na Revista de Educação Especial. Em vista tudo o que já apresentamos e citamos percebe-se que a inclusão escolar já foi algo bem mais distante da nossa realidade do que vem sendo hoje.

Necessita-se de muita dedicação, estudos e ações para que de fato o ambiente escolar seja realmente democrático, seja inclusivo; os artigos explorados neste trabalho nos deram uma visão mais ampla, detalhada e diversificada sobre

inclusão; o fato de conviver com pessoas diversas favorece a construção de novas relações e experiências riquíssimas, na formação de todos os indivíduos, sejam eles típicos ou atípicos.

Nota-se uma sensação de ‘incapacidade’ no meio pedagógico de como incluir os alunos com deficiência, uma das questões para esse tal sentimento e o não conhecimento da deficiência ao qual ira tá presente em sua sala de aula; outra coisa é a forma como o sistema educacional está padronizado para atender os alunos tidos como “normais”, entretanto com base em toda a análise se conclui que a questão não é achar culpados e sim começar a desenvolver mudanças de modo tal que quando qualquer aluno com deficiência seja inserido em uma sala de aula não ocasione desespero e aflição por parte dos profissionais responsável em lhe oferecer meios e práticas que garantam seu desenvolvimento e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Net. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > Acessado em: 07 agosto.2020.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, 11º** edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Net. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acessado em:07 agosto.2020.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio á Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2014. 96p.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Net. Disponível em : <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/legislacao/outras/ECA%20ATUALIZADO-%202012%20-%20versao%202012.pdf> Acessado em: 22 setembro. 2020.

BUENO, O. M.; OLIVEIRA, R. C. S. **O desenvolvimento adulto do sujeito deficiente intelectual e a relação com a educação para jovens e adultos (EJA): uma análise, a partir da perspectiva docente.** Revista Educação Especial, Santa Maria, Vol: 32 (2019).

CAIMI., F. E.; LUZ, R. N.; **Inclusão no contexto escolar: estado do conhecimento, praticas e proposições.** Revista Educação Especial, Santa Maria, Vol: 31 num 62 (2018): 665-682.

CHAVES, M. P.; ROSSATO, M. **A dimensão subjetiva da aprendizagem em estudantes com deficiência intelectual.** Revista Educação Especial, Santa Maria, Vol: 32 (2019)

LEITÃO, Glória Maria; *et al.* Exclusão, inclusão na educação infantil: vozes de professoras no processo de formação e atuação docente. *In:*_____. **Ser criança:**

repensando o lugar da criança na educação infantil. Campina Grande: EDUEPB, 2009, P. 29-38.

LOPES, Maria Corcini. As políticas de inclusão: movimentos da educação especial á educação inclusiva. In: LOPES, Maria Corcini. **Inclusão & Educação.** Belo Horizonte, Autêntica 2013, p.77-113.

PACHECO, P. et al. **Educação inclusiva: um diálogo com a educação básica a partir do ciclo de políticas.** Revista de Educação Especial, Santa Maria, Vol: 32 (2019).

SAMPAIO, A. A. **A ação avaliativa na área da deficiência intelectual: entre improvisos e incertezas.** Revista de Educação Especial, Santa Maria, Vol: 31 num 63 (2018): 981-994.

SANTOS, Silvana; KOK, Fernando. **Tem alguma pessoa com deficiência na sua família?.** Campina Grande: EDUEPB, 2015.

SILVA, A. O. et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos.** Revista de Educação Especial, Vol 31 num 60 (2018): 81-92.

TORRES, González, JOSÉ Antônio. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas.** Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre; ARTMED; 2002.